



ENCONTROS DEMOCRÁTICOS

C I C L O D E D E B A T E S

O Futuro da DEMOCRACIA



Encontros Democráticos são publicações do Espaço Democrático, a fundação para estudos e formação política do PSD

A democracia continua forte

A falta de identidade entre eleitores e seus representantes no Legislativo e no Executivo, o desencanto provocado por tantos casos de corrupção e até a perda de alguns benefícios sociais, causada pela crise econômica, estão entre as causas de um crescente desapeço pela democracia no Brasil. E esse é um fenômeno registrado também em diversos outros países. No entanto, mesmo com todas as dificuldades no Brasil e no mundo, a democracia continua forte. Essa foi, em síntese, a análise do cientista político José Álvaro Moisés, palestrante do Encontro Democrático realizado em agosto de 2017 na sede do Espaço Democrático.

Professor titular de Ciência Política da USP e diretor do Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas da mesma universidade, além de membro do Comitê Executivo da *International Political Science Association*, Moisés afirmou que não é possível falar em fim da democracia. Para ele, na história da democracia sempre ocorreram avanços e retrocessos. Falando sobre o tema “O Futuro de Democracia”, Moisés lembrou que o mundo viveu, nas últimas décadas do século 20, um forte movimento de expansão da democracia. O ápice desse momento histórico, disse, foi atingido em 1989, com a queda do Muro de Berlim e o posterior desmoronamento da União Soviética.

“Nesse período, diversos países, em todos os continentes, optaram pelo caminho democrático, deixando o autoritarismo para trás”, afirmou, citando um levantamento da revista inglesa *The Economist* segundo o qual 50% dos países são hoje democracias, mesmo com maior ou menor grau de imperfeição: “É um número importante, se considerarmos que na metade do século passado esse índice era de 30%”.

Esta é a íntegra da palestra e dos debates que se seguiram. Boa leitura.



SÉRGIO RONDINO: Boa tarde a todos. Mais uma vez estamos iniciando um Encontro Democrático aqui no Espaço Democrático, hoje tratando de um tema que surgiu em função de um artigo do nosso colaborador, o cientista político Rubens Figueiredo, que levantou alguns dados a respeito, vamos dizer assim, da “popularidade” da democracia nos dias de hoje, com uma certa preocupação no sentido de que estaria havendo uma redução do apoio à democracia em vários países, inclusive no Brasil. Surgiu daí a ideia, então, de discutirmos o tema do futuro da democracia e ninguém melhor para tratar desse tema aqui do que o professor José Álvaro Moisés.

O professor Moisés é integrante do *International Social Sciences Council* da Unesco e membro do Comitê Executivo da *International*

Political Science Association - IPSA. Dedicase ao estudo de Teoria Democrática e Comportamento Político. Ele é diretor-científico do Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas da USP, coordenador do *Research Committee* sobre Qualidade da Democracia da IPSA e também coordenador do grupo de trabalho sobre qualidade da democracia do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. O professor Moisés é formado em Ciências Sociais pela USP, mestre em Política e Governo pela Universidade de Essex e também doutor em Ciência Política pela USP. Ele foi professor visitante na Universidade de Oxford, foi Secretário Nacional de Apoio à Cultura e Secretário Nacional de Audiovisual do Ministério da Cultura. Professor Moisés, boa tarde, a palavra a sua.

...ESTAMOS VIVENDO, NO FINAL DO SÉCULO 20 E INÍCIO DO SÉCULO 21, UMA ERA DEMOCRÁTICA. SE NÓS COMPARARMOS COM TODO O PERÍODO DO SÉCULO 20, NUNCA NÓS TIVEMOS TANTOS PAÍSES QUE TIVESSEM, EM GRAUS VARIADOS DA SUA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA, ACEITADO O REGIME DEMOCRÁTICO COM ESSA DEFINIÇÃO”.

JOSÉ ÁLVARO MOISÉS: Eu quero inicialmente agradecer pela oportunidade de estar com todos aqui. Na verdade, não tenho a pretensão de fazer uma conferência. Eu quero apresentar e compartilhar com vocês algumas ideias que eu andei anotando em torno desse tema do futuro da democracia. Já há alguns anos eu tenho escrito uma série de artigos que vão na direção de chamar a atenção para o fato de que estamos vivendo, no final do século 20 e início do século 21, uma era democrática. Se nós compararmos com todo o período do século 20, nunca nós tivemos tantos países que tivessem, em graus variados da sua organização política, aceitado o regime democrático com essa definição.

De algum tempo para cá eu fiz, digamos assim, algumas correções nessa observação num sentido menos otimista, mas eu mantenho ainda o meu otimismo. E o meu otimismo de apreciação da avaliação da democracia vai fundamentalmente na direção do seguinte: se nós tomarmos a história da democracia ao longo dos séculos, sempre ocorreram avanços, recuos, mudanças, aperfeiçoamentos e retrocessos. Isso indica que o fenômeno democrático não pode ser pensado como alguma coisa que tenha um fim, que alcança um momento em que se poderia considerar que o regime está acabado. Pelo contrário, na medida em que existe uma série de demandas que vão progressivamente sendo acrescentadas à perspectiva democrática, há um processo de expansão e, às vezes, também por força de forças políticas, de reversão. Eu tenho agora trabalhado sobre a ideia de que a democracia é um sistema, um regime que é sempre passível de aperfeiçoamentos, de mudanças e transformações que vão na direção fundamentalmente, digamos assim, dos seus pilares básicos, que são os que inauguram a ideia da democracia.

Eu vou mencionar isso um pouco para a frente, mas fundamentalmente é a ideia de igualdade na inserção na comunidade, no modo como os membros compartilham a comunidade política e democrática, na igualdade que eles podem compartilhar. Esse tema da igualdade sofreu muitas mudanças em diferentes momentos e acho que é em torno disso que nós devemos pensar, nessa fase que o mundo está vivendo: em que direção vai a demanda pela igualdade. Se ela é fundamentalmente política, se envolve igualdade política, tanto na competição eleitoral quanto no direito de participar, escolher ou ser escolhido. Isso tem tido uma variação no modo como as diferentes sociedades se organizam, e nós precisamos observar como isso ocorre.

Para conduzir minha apresentação, eu gostaria de fazer referência a três itens mais importantes. O primeiro é uma certa variação do que ocorreu, digamos assim, na primeira fase da chamada Terceira Onda de democratização. Alguns autores classificaram as mudanças que ocorreram nos anos 70 e 80 do século passado como uma Terceira Onda. A Terceira Onda vem na sequência da segunda, que ocorreu após a Segunda Guerra Mundial, quando houve um processo de descolonização em várias regiões do mundo e com isso a possibilidade de uma série de países que se descolonizaram e deixaram de ser subordinados às metrópoles europeias e de outras áreas, puderam se democratizar, e na sequência do que foram as revoluções americanas e a Revolução Francesa do Século 18.

Na sequência dessas revoluções, no século 19, os autores consideram que foi a Primeira Onda democrática. A Terceira, que ocorre no final dos anos 70 e nos anos 80 do século passado, ela começa fundamentalmente com a Revolução dos Cravos, em Portugal, em 1974. Ela é, digamos assim, uma tendência, é um movimento que

se estabelece na direção da crítica aos regimes autoritários, não só aqueles de tutela militar, mas aos regimes autoritários de qualquer natureza e que, após a Revolução dos Cravos, vai evoluindo e passa depois para outros países da Europa, fundamentalmente a Espanha e a Grécia e, na sequência, a América Latina. Mas o pico mais importante da Terceira Onda vem com o colapso da União Soviética em 1989. Com o colapso da União Soviética, uma série de países do chamado Leste Europeu, que eram parte do bloco, passam a fazer parte dos países definidos ou pensados como democráticos.

No final dos anos 80, um artigo importante de um cientista político norte-americano que acabou ganhando bastante visibilidade, o Francis Fukuyama, contou aproximadamente 60 países que, a partir do início da Terceira Onda, teriam deixado para trás os regimes de natureza autocrática e se estabelecido como democracias. Nesse momento, ele faz uma observação segundo a qual a fase histórica que estaria se abrindo com este avanço democrático seria o fim da História, entendido como o fim do conflito entre as democracias e os países do bloco soviético e, portanto, países do comunismo, países que se definiam como democracias populares mas que eram, sob a égide do comunismo, regimes extremamente fechados, autoritários, com poucos níveis de participação e com uma série de seqüelas no que diz respeito ao tratamento dos direitos humanos. Fukuyama entendeu que era o fim da História. Eu acho que é preciso fazer uma correção nessa observação desse autor, no

sentido de que, na verdade, se encerrava uma época, um momento da História.

Ele não assinalou devidamente que se abria um outro momento. E é o momento em que se coloca o desafio de como as democracias são capazes não apenas de se consolidar, mas, além da sua consolidação, se estender na direção das promessas mais importantes da democracia. Começa com a igualdade no plano da política, principalmente direitos civis e direitos políticos, mas a ideia de que essa igualdade qualifica o cidadão, qualifica as comunidades para irem na direção de mais igualdade social e mais igualdade econômica. Esse é o grande desafio que num certo sentido existia para as democracias anteriores, que já estavam estabelecidas, mas que aparece também como um novo desafio para as novas democracias.

Eu acho que é interessante fazer essa recuperação histórica porque, se nós pensarmos nos 40/50 anos que se sucedem ao final da Segunda Guerra Mundial, depois, portanto, que ocorreu o que os autores chamam de Segunda Onda Democrática, nós tivemos um período extremamente estável da democracia. E não apenas estabilidade. Os regimes democráticos avançaram muito na direção de criar, ampliar a participação e ao mesmo tempo criar condições eu diria de um controle do capitalismo e maior regulação da economia de mercado e, portanto, nesse contexto abria a possibilidade de benefícios sociais que em todo o período inicial, do século 19 e início do século 20, não eram sequer vislumbrados. Então, esses 40 anos de estabili-

dade, eu diria que coincidem, do ponto de vista da história da democracia, coincidem com duas causas mais importantes que podem nos ajudar a entender a estabilidade que se estabeleceu nesse período.

A primeira causa é a Guerra Fria. Num certo sentido, seria possível dizer que, com a Guerra Fria e com a ameaça que os países comunistas faziam de um outro regime, os regimes democráticos tiveram um impulso, uma motivação muito forte para aperfeiçoar os seus mecanismos e buscar de alguma maneira cumprir cada vez mais, tanto quanto possível, as promessas da democracia.

Acho que há também uma segunda causa a ser levada em consideração. Vários autores têm trabalhado esse tema e eu acompanho alguns colegas que vão nessa direção. A segunda causa é que durante esses 40/50 anos nós tivemos uma etapa extremamente inédita de expansão econômica, fundamentalmente de expansão do capitalismo. Talvez se nós comparamos aquele período com o período que estamos vivendo agora, pós-globalização, não é que não haja expansão, mas mudou inteiramente a dinâmica pela qual o capitalismo cresceu, se desenvolveu e ofereceu aos regimes democráticos, que efetivamente tinham participação popular e uma presença na sociedade civil de organizações como os sindicatos, uma possibilidade de cobrar regulação do capitalismo, benefícios sociais e a expansão de uma consolidação da democracia, que era ao mesmo tempo de liberdade política com ampliação de direitos sociais e em alguns casos até de direitos econômicos.

Essa simbiose democracia/capitalismo levou a uma organização do sistema democrático bastante consolidada. A vida política da democracia nesse período ficou organizada fundamentalmente em torno do papel dos partidos políti-





cos que estavam, por assim dizer, definidos no espectro esquerda/direita. Não quer dizer que não havia partidos de centro, partidos conservadores, mas fundamentalmente eram os partidos na direita, os partidos mais conservadores; e os partidos social-democratas ou socialistas, que se definiam, na sua maior parte, em função de interesses de classe. Isso deu uma dinâmica para o funcionamento do sistema partidário que representou conquistas cada vez mais robustas. E uma boa parte do eleitorado, na maior parte das vezes, ao invés de ter uma volatilidade, de mudança de lealdade de votos, uma boa parte do eleitorado tinha a sua identidade partidária. Muitos eram filiados e num certo sentido deram vida, deram sustentação para o funcionamento desses partidos como um elemento absolutamente central do regime democrático nessa fase.

Acho que também vai junto o fato de que nesse período nós tivemos uma ampliação dos direitos civis e dos direitos políticos, haja visto que é nesse período que se consolida, por exemplo, uma coisa que, do ponto de vista da orga-

nização da democracia, era um absurdo, que era o fato de as mulheres não terem participação equalizada com os cidadãos do sexo masculino.

Então, essa expansão de direitos também ocorreu na área da participação política e em algumas áreas também da organização social. E eu acho também que, um aspecto que eu mencionei antes, que é bem conhecido, é que houve uma coincidência desse período de estabilidade e florescimento da democracia com níveis bastante avançados de regulação da economia de mercado. E foi nesse contexto que muitas instituições públicas ampliaram a sua capacidade de intervenção e também de responder com benefícios sociais e políticas sociais às desigualdades sociais inerentes ao sistema capitalista.

Pois bem, o que nós olhamos hoje? Primeiro, a ameaça do bloco soviético não existe mais. É isso que Fukuyama viu como o fim da História. A ameaça que viria supostamente de baixo, questionando a democracia, deixou de existir. E por outro lado o superávit por cima praticamente desapareceu porque o capitalismo mudou muito e entrou em crise, particularmente a par-

tir do início do século 21, quando houve uma sucessão de crises. A globalização tendeu a criar cada vez mais nichos de extrema desigualdade, diminuir direitos e ao mesmo tempo de centralizar cada vez mais a acumulação de capital.

No contexto dessa reflexão, acho que é preciso lembrar outro aspecto importante. No interregno dos 40/50 anos de maior estabilidade democrática, digamos que é como se nós tivéssemos - digo nós, cidadãos, os democratas em geral - que tivéssemos esquecido que a democracia luta pela igualdade, é um signo extremamente importante de todo o pensamento democrático, das lutas democráticas, dos movimentos democráticos, ela vai na direção da igualdade. O capitalismo, ao contrário, vai na direção da desigualdade. Portanto, isso, que é inerente ao sistema, ficou de alguma maneira submerso no sucesso que ocorreu - sucesso econômico, sucesso social e sucesso político, nesses 50 anos. Acho que estamos vivendo outra realidade hoje. Isso se alterou e eu faço algumas observações sobre essa mudança, que podem nos ajudar a pensar o tema do futuro, quais são as perspectivas que se abrem, que se colocam para a democracia, com um regime que se espera que tenha futuro e tenha capacidade de continuidade no tempo.

Em primeiro lugar, talvez seja o momento de reconhecer que o *continuum* esquerda/direita desapareceu enquanto alternativas na competição eleitoral. Ainda existem aqui e ali alguns partidos de esquerda ou mais à direita, mas de uma maneira geral o movimento que ocorreu foi de quase todos os partidos se encaminhando na direção central, no centro da competição. Há uma série de teorias inclusive de natureza estatística indicando que o eleitor médio é aquele que de alguma maneira define o resul-

tado das eleições. E os partidos se aglutinaram na área central. Isso significa que um elemento extremamente importante de disputa eleitoral, de competição eleitoral, que estava previsto no período anterior, perdeu a sua dinâmica, o caráter extremamente importante de estimular mudanças que tinha no período anterior. E agora, progressivamente, estamos vendo a entrada de opções, movimentos, líderes, não necessariamente partidos, mas às vezes também partidos que muitas vezes se definem como populistas, que têm um esforço de comunicação com a massa dos eleitores na busca de oferecer algumas alternativas que às vezes têm relação com as cores locais, nacionais, com a defesa do País, com a defesa das condições de trabalho, etc, e outras vezes têm um conteúdo extremamente autoritário, ou pelo menos anti-institucional, no sentido de que deixam de lado o papel que os partidos tinham como mediação e passam a reivindicar cada vez mais a possibilidade de uma relação direta que personaliza, volta a personalizar as relações políticas, as relações de poder, os líderes e as suas massas, os líderes e os seus eleitores, os líderes e as maiorias que se formam, maiorias de conveniências muitas vezes, mas que têm importância nesse sentido.

O segundo ponto a considerar na fase que estamos vivendo é que os direitos formais começaram a ser, em grande parte, limitados. Isso tem uma relação com um aspecto para o qual eu vou chamar a atenção na sequência, particularmente o risco do terrorismo, o perigo do terrorismo e o perigo das imigrações. Essas implicam em deslocamento de massas de população que estão fugindo de situações de guerra, ou de revolução ou de situações extremamente autoritárias. Mas ao se alocarem, principalmente nos países europeus, apresentam um desafio que tem sido de muita dificuldade para a

sua integração, para que os países democráticos sejam capazes de responder democraticamente. Isso inova inteiramente em relação a situações que tínhamos no período anterior.

Basta lembrar, por exemplo, o caso dos Estados Unidos. No século 20, a grande marca de seu desenvolvimento histórico era a ideia de que eles eram um país aberto a contribuições, à participação de pessoas de praticamente todos os países do mundo. Mas eles se fecharam e estão se fechando cada vez mais. E uma parte dos processos pelos quais países como os Estados Unidos estão enfrentando o problema da imigração e o problema do terrorismo - eu não quero entrar no mérito dessa questão, mas eles aparecem acoplados - implica muitas vezes em limitação de direitos. Desse ângulo, é um cenário inteiramente novo.

Acho também que estamos presenciando uma situação em que a massa de cidadãos deixou progressivamente de participar das identidades partidárias mais tradicionais. Todos os cientistas políticos que trabalham esse tema mostram, com análises estatísticas, hoje, um progressivo aumento da desvinculação, da perda de compromisso entre segmentos importantes do eleitorado com os partidos, com o alinhamento dos partidos, perda de filiações e até mesmo um aumento, em alguns casos muito grande, da volatilidade do voto. Áreas, regiões, cidades e países que votavam numa direção em eleições anteriores, que votavam em determinados partidos depois perderam e foram mudando progressivamente a sua orientação. Esse é um quadro novo e num certo sentido é um dos quadros que desafiam a democracia.

E finalmente eu diria que houve um declínio da capacidade das instituições públicas para regular o capitalismo, o que implica que cada vez mais estamos tendo perdas na área da pro-

teção social. Então, acho que isso dá um quadro novo que pode explicar o que estamos presenciando do ponto de vista do cenário político no início do século 21. Há um declínio em algumas dimensões da governança democrática, entendendo por governança democrática uma metodologia de tomar decisões que preserva princípios democráticos, mas ao mesmo tempo estimula, avança na direção da eficiência, acho que nós temos tido perdas nessa direção, inclusive em alguns países que são considerados de democracias consolidadas, de democracia clássica, acho que tem havido perdas e diminuição da participação em vários países. Não é apenas o problema do desalinhamento dos partidos e perda, por exemplo, da definição, num espectro ideológico mais definido, mas é também o fato de que, em várias situações, tem diminuído a participação eleitoral. Há uma queda na participação, o que muitas vezes significa que são minorias que estão tomando decisões em nome do regime democrático.



E acho também que houve outros dois aspectos importantes. Como nós pudemos ver no caso dos Estados Unidos, a partir dos ataques que sofreram do terrorismo, houve uma diminuição de direitos. A propósito, sob a justificativa de poder organizar o Estado para, de uma maneira mais eficiente, enfrentar os riscos da violência e eventualmente do terrorismo, houve uma diminuição de direitos em alguns casos. Isso é maior no caso dos Estados Unidos, talvez tenha sido onde isso ocorreu de maneira mais acentuada, mas também ocorreu em países europeus. No caso dos países do Leste Europeu que, depois da queda do Muro de Berlim, passaram pelo processo de democratização, alguns limitaram os direitos humanos. Para dar um dos exemplos mais conhecidos, o da Polônia. O governo polonês, que é de natureza que poderíamos definir como de características populistas, voltado para as questões internas, nacionais, ao mesmo tempo faz uma diminuição de direitos.

Então, esse é um cenário novo ao qual eu diria que é preciso associar um comportamento dos cidadãos que caminha, ao contrário do que ocorria no período dos 40/50 anos imediatamente após a Segunda Guerra Mundial, caminha na direção de uma maior facilidade, de uma maior expectativa diante do funcionamento dos sistemas políticos e de uma intensidade menor de energia participativa, de inovação na área da sociedade civil e, digamos assim, de um acoplamento entre segmentos da sociedade e o funcionamento propriamente do sistema político. Ainda assim, na revista *Economist*, que tem uma mensuração permanente da democracia, aparece uma informação extremamente importante: nos últimos anos houve um decréscimo de regimes que possam ser considerados democráticos. No entanto, a revista indica também que pelo menos metade dos países do mundo podem ser definidos como democráticos, seja com democracias quase completamente consolidadas, seja com democracias falhas, entre as quais, por exemplo, os pesquisadores da revista indicam o Brasil e alguns países da América Latina, como o México e a Argentina.

Estou chamando a atenção para isso para sugerir um pacto nessa reflexão. É verdade que mudou em relação ao cenário otimista dos 40/50 anos imediatamente após a Segunda Guerra Mundial. É verdade que nós passamos a enfrentar uma série de déficits e disfunções do funcionamento das democracias que eram ditas consolidadas, para não dizer que nas novas democracias o esforço, de alguma maneira, de incorporar as instituições, os mecanismos, os modos de funcionamento dos regimes democráticos é um esforço progressivo, lento, não ocorre de uma única vez. Portanto, o processo da democratização, o fenômeno da democratização não pode ser visto como um fenômeno mecânico, unilinear, que ocorre na mesma

direção em todas as partes do mundo. Desse ponto de vista, acho que é preciso ter uma nota otimista. Que nós tenhamos agora, no início do século 21, na segunda década do século 21, metade dos países do mundo definidos como democracias, ainda que haja diferenças entre eles, é melhor do que tudo que nós tivemos no século 20, em que nesse período próspero, de 40/50 anos, cerca de 30 por cento dos países eram chamados democráticos.

Então, há uma nota aqui que não pode ser só negativa, que não pode ser só otimista. Há uma nota que tem que levar em conta que nós estamos diante da possibilidade de que esses países que, em graus diferentes, se definem como democráticos, que eles possam prosperar, que possam avançar, que possam progredir na direção de uma maior institucionalização do regime democrático. As outras nações, estão divididas entre um grupo de países nitidamente autoritários, pela mensuração da *Economist*, e um grupo de países que são considerados de regimes híbridos. Eu diria que os regimes híbridos também podem avançar na direção da democracia, a depender de certos fatores.

Eu queria agora, para propor algumas ideias sobre o caso brasileiro, lembrar que temos dois cenários ou fotografias completamente diferentes - o cenário da democracia do período pós-Segunda Guerra Mundial do século 20 e o da democracia do final do século 20 e das primeiras décadas do século 21.

Mas antes quero sugerir uma ideia que emerge de um cientista político norte-americano muito importante, eu diria que muito provavelmente é o autor que melhor trabalhou o tema da democracia depois do Giovanni Sartori e do Norberto Bobbio. Esse são dois gigantes do pensamento democrático, mas o Robert Dahl insistiu

muito, nos seus vários livros - um dos quais é "A democracia e seus críticos", talvez o mais importante - ele insistiu muito na ideia de que não dá para pensar na democracia como um processo que está sempre caminhando melhor, mas tem sempre avanços e recuos, o tempo todo. E ele identificou, em algumas mudanças, o que ele chama de mudanças revolucionárias, que eu acho que se aplicam tanto no período que eu mencionei mais otimista, como nesse período mais recente, de perda de direitos humanos.

O Dahl chama a atenção para três revoluções, por assim dizer. A primeira é a revolução do tamanho. O fenômeno democrático começa na Grécia antiga, começa em Atenas, no século 5 antes de Cristo, um pouco antes em algumas tentativas nessa direção, mas que se consolida principalmente com Péricles, começa com um regime que está voltado para a participação dos cidadãos que podem participar na praça, na Ágora, podem participar diretamente. Os que podem, porque há um grupo muito grande que não pode. As mulheres não podiam, não eram reconhecidas como cidadãs, os que faziam trabalho braçal não podiam, os escravos não podiam, mas os que podiam, que estavam na Ágora, os cidadãos, eram um grupo relativamente pequeno. Os historiadores que conseguiram de alguma maneira mensurar falam em, no máximo, 5 a 6 mil pessoas e a Ágora às vezes tinha uma participação de 2 a 3 mil pessoas, mas não passava disso.

Portanto, era uma democracia definida com uma dimensão extremamente reduzida para nós pensarmos em relação à nossa experiência. Com a modernização e as mudanças que ocorreram na economia, os países que passaram depois a aspirar a possibilidade de se definirem como democracias mudaram inteiramente a perspectiva de tamanho. Hoje são países de populações de

massa e que são verdadeiramente continentais. As 3, 4 ou 5 maiores democracias do mundo, que são a Índia, os Estados Unidos, a Rússia e o Brasil, são democracias continentais, não há nenhum elemento que possa, digamos, estabelecer alguma comparação com as cidades-estado gregas ou mesmo depois com as experiências das cidades-estado medievais, ou com as cidades do período republicano de Roma, na Itália. A dimensão muda completamente.

Então, o Dahl está chamando a atenção para o fato de que isso é uma mudança na natureza da democracia, que acaba por ter consequências, por ter implicações extremamente importantes sobre o processo de inclusão dentro do sistema democrático.

A segunda revolução que o Robert Dahl menciona diz respeito à escala. Escala no seguinte sentido: quando começa a democracia das cidades-estado, com a definição de cidadãos de maneira muito limitada, mesmo quando isso se coloca no século 18 ou século 19, os cidadãos que estão, em tese, qualificados para participar da democracia, formam um número muito reduzido, de novo, um número muito pequeno. Então, aqueles que tinham poder econômico ou político tinham o poder definido por um status. As mulheres, por exemplo, estavam de fora, mas não só as mulheres. O Dahl chama a atenção para o fato de que, no século 20, além daquela mudança que ocorreu no tamanho, nós temos uma mudança de escala, porque agora a incorporação de contingentes sociais extremamente robustos na democracia deu outra modificação, que implica que expandiu a cidadania de maneira bastante acentuada. Expandiu e incluiu, expandiu e tornou esses novos cidadãos atores que, em tese, foram durante um período extremamente importantes para definir o rumo do funcionamento do regime.

E finalmente o Dahl chama a atenção para o que ele chama de terceira revolução, que é uma revolução no escopo dos regimes democráticos. Os regimes começam, se pensarmos principalmente nas cidades-estado gregas, como uma organização política dos cidadãos destinada a tomar decisões sobre questões internas, sobre questões que dizem respeito à relação entre os cidadãos internamente de uma maneira muito leve, lembrando que, por exemplo, em Atenas, boa parte da participação das autoridades era feita através de sorteios, não existia propriamente a competição eleitoral no sentido como nós conhecemos, mas além disso eram questões voltadas para a segurança externa - quer dizer, Atenas se defendendo contra Esparta, contra outras cidades ou outras regiões do mundo.

O Dahl chama a atenção para uma coisa que é óbvia para todos nós, hoje, olhando da nossa perspectiva. Bom, mas isso ocorreu ao longo do processo de desenvolvimento da democracia e é extremamente importante para caracterizar a sua natureza hoje, que é o fato de que o escopo evoluiu muito para enormes áreas regulatórias, distributivas e redistributivas. O Estado cresceu e se tornou, digamos assim, um ator extremamente poderoso e importante não só porque tem o monopólio legal da força, e estabelece condições de segurança, mas o Estado passou a ser o coordenador de políticas extremamente importantes. Nada disso se deslumbrava nos períodos anteriores à democracia. Então, isso, para o Dahl, significa que estamos diante de um novo fenômeno. O fenômeno mudou de natureza. E é em relação a essas características diferenciadas do fenômeno - mudanças no tamanho, mudanças na escala, mudanças no escopo - que temos que fazer perguntas sobre se realmente ocorreram retrocessos, avanços ou eventualmente mudanças que podem comprometer a possibilidade da democracia no futuro.

Vejam que, por exemplo, nessa consideração sobre o escopo não seria demais dizer que a maior proporção do Produto Interno Bruto nos estados democráticos é voltada para responder a esses mecanismos de ordem regulatória, distributiva e redistributiva. Isso deu, portanto, uma nova dimensão para o funcionamento do Estado e para exigências de como a sociedade pode ter maior capacidade de controle social do funcionamento do Estado. É nessa medida, portanto, que nós temos que pensar no fato de que todas essas mudanças implicaram um desafio muito importante para a manutenção e continuidade das democracias. Isso coloca uma demanda na capacidade de funcionamento das instituições que não pode ser comparada com o que ocorria nem na metade do século 20 nem no século 19. Mudou completamente. Há uma exigência de acompanhamento por parte das instituições que as torna muito mais responsáveis pelo funcionamento da democracia e é nessa medida, eu diria, que nós temos que fazer as perguntas sobre se há sobrevivência, se houve retrocesso ou se há possibilidade de mudança. Eu não sei se consigo deixar isso claro.

Com essa mudança de tamanho, mudança de escala e mudança de escopo, o papel das instituições mudou completamente, em particular aquelas que dizem respeito à fiscalização e ao controle do abuso do poder e do funcionamento adequado da riqueza coletiva para o funcionamento da democracia. Então, é um cenário que, deste ângulo, não pode ser reduzido à ideia de comparação com aquele período de maior otimismo, não apenas de otimismo político e econômico, mas outra fase do capitalismo. Acho que isso me permite fazer a passagem para o caso brasileiro.

Nós estamos vivendo uma crise fiscal, uma crise econômica que exatamente tem tudo a ver com essa natureza, com exigências que foram incluídas no funcionamento do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988 e que vão na direção desses três elementos que eu quis lembrar aqui, da contribuição que o Robert Dahl chama de revolucionárias: o tamanho, a escala e o escopo.

Para poder entrar no caso brasileiro, vou pedir licença a vocês para fazer um breve balanço do que ocorreu no Brasil de 1988 para cá, com a promulgação da nova Constituição - lembrando que ela foi resultado de uma mobilização popular contra o regime militar que se iniciou na década de 70, com um papel importante do principal partido de oposição, que era o MDB. Eu diria que o primeiro ponto para ter um balanço claro é que esse processo permitiu realizar uma coisa extremamente importante, que foi o controle dos militares pelas autoridades civis eleitas. Houve uma subordinação dos militares à autoridade civil. Acho que isso é incontestável. Eu sei que tem gente, mesmo entre colegas meus, que não concorda com essa afirmação. Mas eu acho que as Forças Armadas, enquanto instituições, acabaram se submetendo à autoridade civil.

Tem duas razões para isso. Uma é a mudança no sentido da democratização. Mas tem outra razão mais importante que, a meu juízo, levou os militares a sair da política. Toda vez que você fala que os militares entraram na política é inevitável entender que a política entrou nos militares: ela quebrou a hierarquia, quebrou a disciplina e incitou lutas internas em setores das Forças Armadas. Acho que essa é uma das principais razões pelas quais eles resolveram refluir e sair da política. E é nesse processo que houve uma mudança extremamente importante de subordinação. A criação do Ministério da De-

fesa e o seu funcionamento, com problemas aqui e aqui, que evidentemente todos nós sabemos, é a consolidação dessa subordinação.

Segundo ponto extremamente importante: temos tido eleições que seguem as regras e o calendário constitucional. Nós não temos tentativas de não realizar eleições quando elas estão previstas. E eu diria, ainda que também seja controversa essa afirmação, eu diria que esse modelo de funcionamento da competição eleitoral propiciou a possibilidade da alternância no poder. Nós tivemos alternância. Temos tido alternância, que é uma das condições importantes para entender o funcionamento da democracia. Efetivamente, as eleições têm um efeito capaz de influenciar mudanças na política, ao contrário de uma crítica que a esquerda fazia tempos atrás, de que as instituições eram meramente formais. Não são formais, porque permitem mudanças. Aliás nós vimos, nós tivemos 14, 15 anos de governos do PT, mudou completamente em relação ao que eram os partidos que iniciaram a Nova República a partir de 88/89/90. Então, tem alternância no poder. Não é pouca coisa, eu diria. Não é pouca coisa. O nosso problema é que às vezes isso tem ocorrido inclusive sob a égide de uma presença, de uma interferência, de uma influência do poder econômico extraordinariamente importante e isso é um dos temas que se colocam para uma possível reformulação.

Acho também que houve uma ampliação dos direitos civis, políticos e sociais. O tema aqui é controverso, é polêmico. A Constituição de 1988 ampliou imensamente o número dos direitos da população, da sociedade, em alguns casos até comprometendo a capacidade do Estado brasileiro de responder. Eu dou um exemplo - e evidentemente não estou entrando no mérito, estou mencionando questões para nossa re-

flexão sem entrar no mérito. Por exemplo, há uma obrigatoriedade que as cortes de primeira e segunda instância fazem valer, e que o Supremo Tribunal Federal cada vez mais obriga a cumprir, que é o fornecimento de remédios absolutamente necessários para doenças da população. Ou a criação de creches em municípios que às vezes não têm condições nem sequer de sobreviver. Eu digo isso para indicar que houve uma ampliação de direitos. O problema é como se faz a gestão disso no processo democrático sem criar problemas para o processo democrático.

Então, houve controle dos militares, alternância no poder e ampliação dos direitos civis, políticos e sociais. Um aspecto extremamente importante: houve uma ampliação sob limitações. Por exemplo, hoje, a participação das mulheres no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados, é de menos de 9%. A Aida sabe bem disso, melhor do que eu. A participação de pessoas que são definidas como da raça negra ou de índios é mais reduzida ainda. Então, temos um problema aqui, nesse processo de ampliação de direitos, de direitos de extensão da cidadania. Ele é relativo. Ocorreu, numa medida importante, mas em muitos aspectos parou pelo meio do caminho. E esse é um dos limites que nós temos para pensar nos desafios que se colocam para frente.

Bem, eu diria ainda que houve outra dimensão extremamente importante: cresceu muito a participação dos brasileiros nos processos eleitorais. Se nós compararmos o engajamento da população em eleições no período democrático com o período anterior, ou no período dos anos 60, por exemplo, a eleição do presidente Jânio Quadros, simplesmente não dá para comparar. Mudou completamente a escala, o que significa que há um elemento de participação que tem



um peso sobre o funcionamento do regime que não pode ser desconsiderado. Isso não explica tudo, é verdade, mas é extremamente importante para entender, no balanço, em que estágio nós estamos.

E, finalmente, eu acho também que conseguimos, nesse contexto de princípios estabelecidos pela Constituição de 1988, estabelecer o que eu tenho chamado em alguns estudos de um Sistema de Integridade, formado pela Polícia Federal, pelo Ministério Público, pela Justiça Federal e, em particular, pelo Tribunal de Contas da União. Essas instituições, de alguma maneira, levando em consideração os princípios de moralidade, princípios éticos, de impessoalidade, de transparência, de publicidade que estão inscritos na Constituição, vêm realizando um esforço na direção de fazer cumprir a lei no que se refere fundamentalmente ao abuso de poder, e principalmente à corrupção. Não é pouca coisa. O melhor exemplo da formação e consolidação desse processo de integridade é a operação Lava Jato. Tem problemas, tem um funcionamento mais adequado em certos aspectos, tem um funcionamento às vezes

ruim em outros aspectos, mas é inevitável reconhecer que pela primeira vez o tema da impunidade está sendo enfrentado nos marcos da Constituição, nos marcos da legislação e de instituições que de alguma maneira querem desempenhar esse papel. Acho que, quando fazemos uma avaliação de até onde nós chegamos, é importante ter isso em conta, ainda que isso não resolva todos os problemas que nós temos, alguns dos quais eu pretendo enumerar na sequência, agora.

Evidentemente que há muito mais coisas que poderíamos tratar, acho também que não cabe deixar de lado o fato de que alguns governos democráticos que foram eleitos nesse período de quase 30 anos de funcionamento da Constituição de 88 - vai celebrar 30 anos no ano que vem - alguns governos democráticos estabilizaram a economia no País, fizeram o controle da inflação, permitiram uma mudança no que diz respeito ao enfoque de políticas sociais. Tivemos alguns avanços nessa direção. Eu não quero agora discriminar qual o governo, qual o partido, mas eu digo que, como balanço, não podemos deixar isso de lado também.

Mas nada do que eu disse antes significa que a democracia está completamente consolidada no Brasil. Acho que temos que examinar exatamente quais são os problemas que, ao lado desse balanço positivo, colocam outros problemas que exigem uma solução, se nós quisermos pensar na possibilidade de o regime prosseguir, se manter num futuro próximo, mais imediato e mais longínquo.

Em primeiro lugar, há um limite no sistema de extensão de direitos de cidadania. Ainda é extremamente limitada a participação na política daquela parte da população que pode ser considerada como subordinada por causa da sua subordinação econômica, da desigualdade

econômica e social. Temos um problema a resolver no que diz respeito à extensão dos direitos de cidadania. Eu de novo menciono as pessoas da raça negra e de minorias que existem no País - a sua participação, a sua integração, a sua inclusão propriamente no sistema político ainda está limitada. Então, temos um primeiro problema aqui.

O segundo problema diz respeito ao sistema de representação. O sistema de representação proporcional em lista aberta, que opera em distritos do tamanho do Estado de São Paulo, evidentemente não criou as bases para uma conexão sólida entre representantes e representados. E o sistema de escolha do sistema proporcional em lista aberta, do jeito que ele funciona, agregado de algumas décadas para cá com o sistema das coligações, em que eventualmente partidos se coligam e o eleitor, ao fazer uma escolha, corre o risco de estar escolhendo alguém que não tenha nenhuma relação com a sua opção original, nesse contexto a conexão entre representantes e representados se perdeu.

A maioria das pessoas entrevistadas em várias pesquisas - nas pesquisas que coordenei na Universidade de São Paulo, em pesquisas do Datafolha, em pesquisas do Ibope e nas pesquisas da Ypsos - não se sente representada nem pelo governo, nem pelos partidos que de alguma maneira canalizam os votos que foram dados pelos eleitores. Isso tem um foco muito central nos partidos, mas também se estende para uma instituição absolutamente importante do sistema democrático que é o parlamento. Eu vou fazer menção a isso depois. Nós temos um problema de assimetria de poderes entre o Executivo e o Legislativo, mas nesse contexto em que o parlamento muitas vezes não tem estímulos institucionais para ser mais responsável

pela democracia, o Congresso é extremamente mal visto e rejeitado pela população. Então nós temos um problema no sistema da representação. Nós temos que enfrentar esse problema.

Eu posso até, depois, especular algumas possíveis alternativas, mas acho que não dá para imaginar que o sistema, com aqueles aspectos positivos que eu elenquei antes, ele funciona bem nesse elemento absolutamente central, que é o que estabelece a conexão através da qual as pessoas podem se sentir incluídas no sistema político, que os seus interesses, as suas demandas, as suas utopias de alguma maneira são levadas em consideração pelo sistema e são processadas pelo sistema para responder na forma de políticas públicas. Quando as pessoas não se sentem representadas, essa falha, esse elemento de conexão que se quebra tem consequências extremamente graves para um aspecto que eu vou deixar para o final, mas que já anuncio de partida para vocês: acho que temos vivido no Brasil uma coisa que os sociólogos chamam de anomia. Há uma perda de normas, regras e de sentido de pertencimento em alguns aspectos do sistema democrático que faz com que as pessoas cada vez mais agora se afastem da política, tenham nojo da política, rejeitem a política, rejeitem os partidos e em grande parte têm uma atitude de desconfiança em relação às instituições. Não é uma desconfiança em relação às instituições pelo que elas são enquanto tal, mas é uma desconfiança pelo seu funcionamento, pela ausência de respostas.

Então, nós temos um problema no sistema de representação. Nós temos um segundo problema na área do sistema partidário. Após a democratização nos anos 80, começaram a se formar alguns partidos que, na fase inicial, tinham alguma identidade com a população. Todas as pesquisas que eu conduzi na Universidade de São Paulo, des-

de meados dos anos 80, mostraram o seguinte: aproximadamente metade dos eleitores se sentia identificada com algum partido. Metade. 50%, um pouco mais ou um pouco menos. Não é pouca coisa para um país que tem a tradição de tutela que nós temos, uma tradição histórica de distanciamento entre a sociedade, o Estado e o poder. Não era pouca coisa. Essa identidade e esse alinhamento foram se perdendo ao longo do tempo e foram diminuindo cada vez mais até chegar nesse cenário revelado pela pesquisa da Ipsos e comentado no artigo do Rubens Figueiredo que foi publicado pelo Espaço Democrático. Há uma crise de sentimento de pertencimento e de participação. Eu acho que isso é uma coisa extremamente importante para colocar um problema no que diz respeito às possibilidades de continuidade no futuro da democracia brasileira.


Isso se expressa num sistema partidário extremamente fragmentado, em que nominalmente 35 partidos têm presença no Congresso Nacional e há 55 outros partidos tentando se registrar no Tribunal Superior Eleitoral. Nada disso significa que, além dos principais partidos, toda essa série que vai até 35 ou mesmo 60 partidos aumentou o sentimento de representação e participação da sociedade. São siglas vazias, são siglas que em grande parte disputam benefícios do Fundo Partidário e da sua participação no Congresso Nacional e que têm pouca visibilidade do ponto de vista de oferecer projetos políticos, projetos para o País de natureza diferenciada, que justificassem sua existência.

Tanto o primeiro quanto o segundo problema são questões que, embora tenham sido tratadas na Constituinte de 88, não foram devidamente resolvidas. Os problemas de representação que já existiam no período democrático anterior permaneceram e, de alguma maneira, a solução encontrada tendeu a ampliar a experiência anterior

sem grandes modificações. Não há uma grande modificação do ponto de vista das instituições e da representação. Acho que isso também ocorreu no que diz respeito às relações entre o Executivo e o Legislativo. Há uma assimetria entre o Executivo e o Legislativo. O presidente brasileiro, por vários dos meus colegas da área de Ciência Política, é considerado um dos mais poderosos do mundo. Não é apenas porque ele tem a prerrogativa de emitir Medidas Provisórias que, como todo mundo sabe, uma vez emitidas alteram o *status quo* imediatamente, numa direção ou noutra. E mudar essa alteração no *status quo* não é tão simples assim, mesmo admitindo que o Congresso tenha o poder de aprovar ou não as Medidas Provisórias. É muito raro vocês encontrarem medidas provisórias que voltaram para trás, que o Congresso recusou.

Isso significa que esse poder do presidente é muito grande, especialmente quando estabelece uma coalizão majoritária no Congresso Nacional. A não ser nos casos em que o presidente é extremamente incompetente na coordenação dessa coalizão majoritária, como foi o caso da presidente Dilma, quando os presidentes são minimamente competentes para coordenar a coalizão, é muito difícil que nas coisas realmente importantes a minoria ou a oposição consigam fazer passar as suas posições.

Eu digo isso para chamar a atenção para um outro aspecto. A Constituição brasileira entregou ao Executivo toda a tarefa de formulação do Orçamento, portanto a tarefa de administração da riqueza social do País, daquilo que se arrecada, daquilo que se produz e, portanto, daquilo que pode ter efeito sobre as políticas públicas que o País adota. Como vocês sabem, só o Executivo pode propor o Orçamento. O Parlamento pode mudar alguns aspectos da peça orçamentária, pode fazer, por exemplo, emendas impositivas.



O PRESIDENTE BRASILEIRO, POR VÁRIOS DOS MEUS COLEGAS DA ÁREA DE CIÊNCIA POLÍTICA, É CONSIDERADO UM DOS MAIS PODEROSOS DO MUNDO. NÃO É APENAS PORQUE ELE TEM A PRERROGATIVA DE EMITIR MEDIDAS PROVISÓRIAS QUE, COMO TODO MUNDO SABE, UMA VEZ EMITIDAS ALTERAM O *STATUS QUO* IMEDIATAMENTE, NUMA DIREÇÃO OU NOUTRA”.

Na área de investimentos há uma área em que ele pode mexer, pode eventualmente sugerir alterações. Mas o Parlamento não pode produzir um orçamento - como ocorre, por exemplo, no Congresso norte-americano, em que a representação da sociedade pode, se quiser, contestar o que está prevalecendo pelo princípio majoritário, ela pode propor uma alternativa - como, aliás, ocorre em alguns países da Europa que são regimes democráticos na maior parte dos casos, de regime parlamentarista, em que o Parlamento tem essa capacidade, nesse caso porque há uma fusão de poderes entre o Executivo e o Legislativo.

Mas o ponto para o qual eu quero chamar a atenção aqui é que a assimetria leva a um poder do Executivo. Eu diria o seguinte, para exemplificar de uma maneira mais simples o que eu quero dizer: um deputado novo, eleito por algum Estado para o Congresso Nacional, o estímulo institucional que ele tem para eventualmente pertencer à oposição, se essas forem as suas convicções, é zero. Todo o estímulo institucional, todo o incentivo institucional é para que ele se integre à maioria da coalizão majoritária. Então, eu diria que nós temos de rever isso, depois de todo esse processo que nós tivemos, de inúmeras crises, não apenas com o funcionamento do presidencialismo de coalizão, mas com um sistema presidencialista extremamente rígido.

A história brasileira desse período que vai de 1945 para cá e depois do período democrático que se inaugura em 88, é uma história de crises do presidencialismo. Getúlio se suicidou, Jânio renunciou, Jango foi deposto, Collor sofreu *impeachment* assim como a Dilma e o presidente atual está sob forte pressão de denúncias da Procuradoria Geral da República, em muitos casos tendo que se explicar - inclusive em questões que a meu juízo, pelo menos, não explicou, não

foram explicados. Há uma série de aspectos de envolvimento do presidente em uma série de práticas que ainda não foram explicadas.

Vou listar aqui algumas questões que considero desafios a serem enfrentados. Do ponto de vista de futuro da democracia, quando pensamos em escala internacional, eu apenas lembraria o seguinte: o primeiro grande desafio é recuperar o papel e a dignidade da política. Não é apenas no Brasil, na América Latina ou em países do Leste Europeu, que isso se perdeu. Em vários países do mundo, como as decisões tomadas pelo Brexit na Inglaterra, a dificuldade eleitoral dos partidos mais tradicionais na França e mesmo o resultado nos Estados Unidos, nós temos um problema no que diz respeito ao modo como as pessoas comuns se relacionam com a política, percebem a política. A política perdeu o papel de centralidade, de influência sobre a qualidade de vida das pessoas e ao perder essa dimensão já não se traduz mais na mediação dos partidos, às vezes nem mesmo das associações profissionais. Há um elemento de vazio que está dando margem ao fenômeno do populismo. Nós temos que enfrentar isso.

Os desafios seguintes, extremamente importantes do ponto de vista internacional, são: em primeiro lugar, o perigo do terrorismo; em segundo lugar, as conseqüências e implicações da imigração; em terceiro lugar, a retomada do crescimento econômico para o funcionamento de uma economia de mercado que tendeu cada vez mais a criar desigualdades; e em quarto e quinto lugar o enfrentamento das tendências que têm sido classificadas como populistas. São tendências por vezes radicalizadas numa perspectiva que se concentra sobre as autoridades locais, ou sobre a imagem local, mas ao mesmo tempo diminui direitos, restringe a participação das instituições, torna as relações

políticas subordinadas à personalização entre os líderes e seus apoiadores, o que diminui o potencial propriamente democrático. Acho que esses são desafios que se colocam para a ordem internacional de uma maneira geral. Eu queria agora ver como isso se traduz no caso brasileiro.

Acho que no caso brasileiro - também eu vou apenas listar - o primeiro grande desafio obviamente é a retomada do crescimento econômico. O problema é como podemos fazer isso em condições que não signifiquem diminuir direitos sociais e direitos econômicos do conjunto da população. O exemplo talvez mais importante é o da reforma da Previdência. Pessoalmente sou favorável à reforma da Previdência, mas é evidente, qualquer um de nós sabe, que isso criou desbalanços em algumas áreas que não foram bem trabalhadas, não foram bem apresentadas. Então, esse é um exemplo recente de aspectos que são importantes para a retomada do crescimento e que representam um desafio, que precisam ser melhor trabalhados por governos que se definem como democratas. Não basta apenas anunciar e dizer: essa é a melhor solução. Nós precisamos estabelecer um mecanismo pelo qual a população seja consultada em torno dessas questões. Evidentemente as decisões são tomadas pelos representantes, que foram escolhidos pela sociedade, mas a consulta implica num processo de criar uma emulação pela qual a sociedade participa das decisões.

Em segundo lugar, eu diria que nós temos um problema de controle da corrupção. A corrupção ganhou centralidade no funcionamento do sistema político brasileiro. Acho que é amplamente conhecido que a associação de dirigentes de alguns partidos, de altos funcionários da hierarquia de empresas estatais - como é o caso da Petrobras ou do BNDEs, ou algumas outras empresas - e de altos funcionários das empreiteiras, criou

um esquema de funcionamento da corrupção que não apenas faz um esforço de naturalizar a existência de práticas ilegais como se fossem próprias do funcionamento da democracia, como, mais do que isso, capturou parte do Estado para os interesses do poder econômico. Vocês devem ter lido como, no caso da JBS e mesmo no caso da Odebrecht, houve medidas provisórias que foram compradas pelo poder econômico para decidir sobre aspectos da vida que incidem no conjunto da população. Então há uma captura de parte do Estado que precisa ser enfrentada.

Acho que temos que mudar o sistema de representação, já fiz referência a isso, nós temos um problema de como enfrentar a fragmentação partidária. Há uma área que diz respeito a como abrir as possibilidades de um uso adequado da tecnologia de informação. Cada vez mais a Internet e o uso que temos da revolução que ocorreu na área da tecnologia da informação abrem a possibilidade de que se possa criar em algumas áreas consensos que são extremamente importantes para revitalizar a participação política, renovar o modo da vinculação de segmentos da sociedade com o Estado e com o governo e dessa maneira dar vida mais ativa para o funcionamento da democracia.

Eu vou resumir um último aspecto que me parece de centralidade também na crise que nós estamos vivendo. A crise brasileira, na maior parte das vezes, tem sido definida como uma crise econômica, uma crise política e uma crise de valores. Eu acho que esses três elementos, essas três dimensões, fazem parte da natureza da crise, mas eu diria que estamos vivendo também um aspecto que diz respeito a uma crise de lideranças. Por alguma razão que precisa ser explicada - e eu penso que ela está diretamente ligada ao funcionamento dos partidos e ao modo como opera o presidencialismo de coalizão - ao

longo desse período de quase 30 anos, os líderes que fizeram a passagem do autoritarismo para a democracia foram embora, morreram, passaram ou por alguma razão não estão mais aí. E a nossa capacidade de reproduzir o processo de formação de lideranças e substituir, na dimensão em que aqueles líderes construíram a solução democrática brasileira, nós perdemos.

Hoje nós temos um número muito reduzido de atores políticos que efetivamente podem ser considerados líderes no País. E, nessa medida, é muito limitada a capacidade de comunicação com a sociedade, de abrir alternativas e ao mesmo tempo de oferecer possibilidades de mudança e de futuro. Eu sei que não é o caso, e não estou sugerindo isso, que apenas os líderes fazem isso, mas evidentemente no funcionamento da democracia o papel da liderança democrática é extremamente importante, não apenas para fazer proposições, mas eventualmente para dar exemplo de um tipo de funcionamento da política que é o que nós não temos tido no caso brasileiro.

Acho que também temos um déficit, no caso da experiência brasileira, na área da cultura política. A nossa cultura política é em grande parte definida por uma dependência muito grande dos cidadãos, das pessoas comuns, em relação ao que os governantes, em relação ao que o Estado pode fazer. Nós dependemos mais, nós imaginamos mais, nós, em geral, ao invés de meter a mão nas coisas, se envolver, inovar, criar alternativas, temos uma tendência em deixar para que eles façam - eles, os políticos. E essa distância, conforme foi aumentando por causa de práticas ilegais que uma boa parte da elite política adotou, hoje nós temos, num certo sentido, um distanciamento, uma separação desses dois segmentos. Eu vejo que há um déficit na cultura política, no sentido de que, dada a gravi-

dade da crise que estamos vivendo, a inserção da sociedade civil, das organizações inclusive profissionais no debate para as saídas da crise é muito baixa. A intensidade é muito baixa, fica aquém da gravidade da crise que nós temos.

Vou dar um único exemplo sobre isso. Estamos agora em plena discussão do que os nossos representantes na Câmara dos Deputados chamam de reforma política. Eu acho que não é uma reforma política. Na verdade, é um ajuste de instituições exclusivamente destinadas à sobrevivência desses políticos. No entanto, ela tem propostas de mudança extremamente importantes, como é o caso da adoção de um fundo de financiamento das campanhas eleitorais da ordem de 3,5 bilhões de reais. É como se não tivéssemos um fundo partidário, é como se não tivéssemos já gastos públicos no que diz respeito ao funcionamento do horário eleitoral gratuito, aos gabinetes, etc. Eu não vou ter tempo para poder tratar dessas duas questões, mas apenas para indicar: questões dessa natureza que envolvem decisões que vão nos afetar como eleitores, dessas questões o distanciamento da sociedade é muito grande. Acho que nós temos que nos perguntar por quê. De alguma maneira nós temos que nos perguntar qual a nossa cota de responsabilidade para tentar mudar esse quadro. Eu quis apresentar essas questões a título de reflexão. Não são questões de uma reflexão acabada, mas acho que valeu a pena compartilhar para também ouvi-los e ouvi-las e com isso podermos dialogar em torno do tema. Muito obrigado.

SÉRGIO RONDINO: Obrigado, professor Moisés. Eu peço agora algumas palavras do nosso companheiro Rubens Figueiredo e em seguida passaremos às perguntas ou comentários dos participantes.



RUBENS FIGUEIREDO: Se essa não foi uma reflexão acabada, Moisés, eu imagino quando for acabar. (Risos) Realmente foi uma apresentação de altíssimo nível, que nos deu uma visão muito ampla da questão da democracia. Eu queria comentar dois pontos apenas. Quando se fala em desconsolidação democrática, nos estudos atuais, pensa-se muito na diminuição da ideia da democracia como valor universal. Esse conjunto de problemas que você apontou - diminuição na participação eleitoral, diminuição na identidade partidária, diminuição nos direitos, perda de parte da proteção social, a incapacidade do governo de dar respostas adequadas às crises, a falta de um inimigo ameaçador e a intensidade menor de energia de participação - tudo isso levou, do ponto de vista da opinião pública, cada vez mais fortemente a ideia de que nem sempre a democracia é o melhor sistema político.

E essa avaliação de que nós podemos prescindir da democracia tem aumentado ao longo do tempo num número enorme de países, inclusive os países que estão institucionalmente consolidados do ponto de vista democrático. E parece um pouco que a ideia do Fukuyama, de que a História acabou, deixa de lado a ideia

ESSE CONJUNTO DE PROBLEMAS QUE VOCÊ APONTOU - DIMINUIÇÃO NA PARTICIPAÇÃO ELEITORAL, DIMINUIÇÃO NA IDENTIDADE PARTIDÁRIA, DIMINUIÇÃO NOS DIREITOS, PERDA DE PARTE DA PROTEÇÃO SOCIAL, A INCAPACIDADE DO GOVERNO DE DAR RESPOSTAS ADEQUADAS ÀS CRISES, A FALTA DE UM INIMIGO AMEAÇADOR E A INTENSIDADE MENOR DE ENERGIA DE PARTICIPAÇÃO - TUDO ISSO LEVOU, DO PONTO DE VISTA DA OPINIÃO PÚBLICA, CADA VEZ MAIS FORTEMENTE A IDEIA DE QUE NEM SEMPRE A DEMOCRACIA É O MELHOR SISTEMA POLÍTICO”.

de que devemos valorizar a democracia como o melhor regime político. Eu queria colocar essa questão. E puxando para o caso brasileiro, você fez questão, na sua apresentação, de falar sempre que expandiu a participação eleitoral, isso não é pouco, nós temos a Lava Jato, o que não é pouco, mas está claro pelo final de sua fala que o Brasil vive num oceano de problemas que precisamos equacionar.

E nós vivemos uma espécie de império do azedume. As pessoas têm muita dificuldade em fazer uma análise em que não esteja a apologia da indignação. Então você tem uma lista enorme de formadores de opinião - dos assim chamados formadores de opinião - que usam a indignação como fator analítico, e isso não ajuda.

Mais um ponto: a esquerda no Brasil, os governos de esquerda, principalmente o governo Lula, foi associado pelo eleitor médio a um governo muito eficaz, porque a vida das pessoas melhorou. E o eleitor médio, quando a gente acompanha as pesquisas, ele associa a qualidade da democracia à aprovação que ele faz do governo. Então, durante o governo Lula, a adesão aos valores democráticos era muito grande. Num momento de crise, isso caiu, e também é muito difícil para o eleitor médio aceitar que com toda essa crise que estamos vivendo a democracia seja o melhor sistema de governo, porque ela não analisa a democracia como um valor, analisa a democracia como um sistema que faz gerar a qualidade do governo.

Você se referiu também à questão da centralidade do Estado, que as pessoas têm uma relação espúria, vamos dizer assim, com a política, esperando sempre que o Estado forneça aquilo que ela precisa. Felizmente, nessas pesquisas que o Datafolha realiza entre a direita e a esquerda, se você isolar, se você afastar aqueles fatores comportamentais que jogam mais para a

esquerda, você vai ver que o cidadão está cada vez mais ciente de sua força como *player*. Ele quer estudar, ele quer trabalhar, ele quer que o Estado lhe dê oportunidades e isso eu acho que, no quadro todo, é o principal avanço que vivemos nesses últimos tempos.

JOSÉ ÁLVARO MOISÉS: Acho que é interessante essa reflexão do Rubens sobre a adesão a valores. No final chamei a atenção para um déficit na cultura política nesse sentido. Aqui há um cenário que as pesquisas mostram que é, digamos assim, controverso. Porque há muitas pesquisas mostrando que houve uma queda da adesão, digamos assim, normativa, como um ideal à democracia. E as pesquisas também mostram que houve um aumento muito grande das taxas de rejeição a aspectos do funcionamento democrático, em particular do funcionamento das instituições.

Bem, nas minhas pesquisas, que tenho conduzido na USP, curiosamente a perspectiva não é bem essa. Inclusive minhas pesquisas discordam de resultados do Latinobarómetro, que tem uma certa limitação em países como Brasil. A pesquisa, a sondagem que ele faz acaba sendo só nas grandes cidades, e não no chamado Brasil profundo. Então, com isso acaba vindo uma imagem que é, às vezes, mais crítica do que efetivamente vigora na sociedade. Eu digo isso para indicar o seguinte: nas pesquisas que eu coordenei na universidade, a adesão à democracia de meados dos anos 80 para hoje, elas foram crescendo.

Nas últimas pesquisas, realizadas em 2016, a taxa de adesão à democracia como um ideal chega a mais de 70 por cento. Agora, ainda assim, acho que você tem razão em chamar a atenção para o problema pelo seguinte: quando você desdobra para além da visão ideal

que as pessoas têm da democracia como um objetivo ideal, quando você desdobra para aspectos do funcionamento prático, a visão é muito crítica, muito negativa, o que significa que as pessoas vêem a democracia como alguma coisa a que nós podemos chegar, mas não é aquela que estamos tendo no momento. E essa dissociação contribui inclusive para um aspecto que eu mencionei aqui, que é a pouca participação. Na medida em que as pessoas que se sentem pouco integradas, pouco incluídas, se sentem pouco dentro, elas também dão menos para o funcionamento do sistema. Participam, mas a participação tem custos. Para as pessoas, participação significa tempo, energia, retirada. Todos que militam sabem disso. Todos nós que militamos conhecemos essa experiência. Você retira tempo da família.

Eu acrescentaria a isso um aspecto preocupante: o Brasil é campeão de uma coisa que os cientistas políticos chamam de confiança interpessoal. A confiança nas instituições diz respeito a uma confiança num ser, por assim dizer, inanimado. Instituição não é um ser vivo, ela é um organismo, ela tem regras, organizações. Agora, a taxa de confiança dos brasileiros nas pessoas - com quem trabalha, com vizinhos, com colegas disso ou daquilo, ou mesmo com pessoas da vida pública, é muito baixa. Os índices de confiança são muito baixos. O que eu acho que remete, explica, em parte, por que o nosso capital social - o capital em que as pessoas se organizam para resolver problemas, ou para pressionar, ou eventualmente para apresentar alternativas às políticas públicas adotadas pelos partidos e pelo governo - é baixo. O capital social é tanto baixo quanto há pouca confiança.

Se você não confia no outro, como um parceiro com quem você vai correr riscos para fazer a ação coletiva, você deixa de fazer a ação cole-

tiva. Então acho que esses são alguns aspectos em torno dos quais nós devemos nos debruçar. E um aspecto dessa maneira de encarar o problema é que isso diz respeito à responsabilidade dos líderes, das lideranças. Eu acho que cabe às lideranças políticas e sociais ajudar a resolver essas questões, criar as mediações, criar os pontos de contato que permitem que haja uma participação de mais vitalidade no funcionamento do regime democrático.

SÉRGIO RONDINO: Vamos agora às perguntas ou comentários dos participantes, começando ali pelo Francisco...



FRANCISCO JOSÉ DA SILVA JR.: Olá a todos, boa tarde, meu nome é Francisco, sou do PSD e estou há 20 anos na política. Comecei em 94 fazendo política estudantil. Tenho uma dúvida: qual o papel da desigualdade social? Alguns cientistas políticos falam que, quando a desigualdade social é maior que a democracia, podemos dizer que a democracia está no fim. Isso pode acontecer no Brasil?

JOSÉ ÁLVARO MOISÉS: Acho que essa medida é extremamente importante. Em dois sentidos. A democracia postula, batalha, luta pela igualdade. Em primeiro lugar a igualdade política, direitos civis. Mas é evidente que, ao credenciar o cidadão na igualdade política abre a porta, abre a possibilidade de que ele possa reivindicar igualdade social e igualdade econômica. Se nós olharmos, por exemplo, o percurso da social-democracia em boa parte do século 20, dos partidos que tiveram influência nos trabalhadores em diferentes experiências, houve um avanço nessa direção muito forte. Quer dizer, partidos que, com base na igualdade política, reivindicavam igualdade social.

Eu acho que há um outro aspecto importante: quando você tem muita desigualdade, as pessoas têm dificuldade de entender o sistema e de participar. Esse cientista político que eu mencionei, o Robert Dahl, ele faz uma observação que achei muito interessante: a democracia implica numa capacidade de uma certa iluminação para participar. Você precisa estar voltado para os problemas da comunidade, precisa entender a comunidade, você precisa de alguma maneira ter os recursos que o sistema oferece mais ou menos claros para poder intervir. Então, quando você tem muita desigualdade, essa percepção da democracia tende a zero. E isso ajuda a explicar o baixo capital social. Portanto, o tema da desigualdade é o tema central da democracia. Você está tocando numa questão que é extremamente importante de toda a discussão propriamente do regime.

SÉRGIO RONDINO: A próxima pergunta é do cientista político Aloysio Azevedo, colaborador do Espaço Democrático.



ALOYSIO AZEVEDO: Moisés, saúdo o velho amigo. Tenho algumas questões gerais que eu gostaria de abordar, pelas quais você passou ligeiramente. Uma é a influência da internet nesse período e sobre o conhecimento, a difusão do conhecimento em decorrência da influência da internet, ao mesmo tempo um aumento incrível da participação popular, das pessoas, nesse processo. Houve esse incremento em função do conhecimento. Isso aí afetou um problema da democracia que é central. Houve uma profunda diversificação. Hoje não são mais os partidos, direita/esquerda, não é nada disso. São os gêneros, as ideias particulares, a cidadania. Houve uma explosão da cidadania, da diversidade da cidadania. Acho que essa é uma questão fundamental da democracia hoje e eu gostaria que você abordasse algumas coisas a respeito, com a sua experiência.

Segunda questão que eu considero importante, também proveniente desse aumento da consciência do cidadão. Não se trata mais da formalidade da Revolução Francesa, da igualdade de direitos. Hoje é a igualdade de oportunidades. Hoje, o que caracteriza a democracia é o estágio em que ela está em termos de igualdade de oportunidades de cada cidadão ter pelo menos aquele ensino básico, aquela condição básica para ele desenvolver o seu talento e a

sua vocação. Se não se assegurar isso, não há hoje praticamente democracia.

Em terceiro, que é a questão central, eu achei você muito benévolo. Eu me senti assim: será que é isso mesmo, será que o Moisés está falando do Brasil? Nós estamos numa situação em que o governo central, o presidente, é rejeitado por toda a nação, praticamente. Segundo, o partido do presidente é considerado pela Procuradoria Geral da República um bando, uma quadrilha. Rigorosamente nós estamos sendo dirigidos por esta quadrilha e o presidente não tem respaldo nenhum, pode sair até odiado no final do mandato, se chegar até o final. É processado. Então, como é essa inércia? Como é que permanece essa situação? O que é que garante? Eu sei que as manifestações se calaram porque a Lava Jato, em boa medida, deu uma resposta negativa, lançeteou o tumor central do Estado Brasileiro, que está podre, completamente apodrecido. Isso escandalizou todo mundo e satisfez de alguma maneira as pessoas. Mas há uma intranquilidade, as pessoas não vão mais para as ruas se manifestar porque não sabem no que isso pode dar. Eu queria que você se manifestasse sobre essas três questões.

JOSÉ ÁLVARO MOISÉS: Em primeiro lugar, agradeço pelas perguntas, são muito provocativas e interessantes. Eu acho que você tem razão em chamar a atenção para o fato de que, na fase atual, conhecimento é absolutamente central, e acho que em parte isso está associado com a possibilidade de exploração do que a internet pode oferecer para as pessoas tomarem a informação, dominarem a informação, usarem a informação como recurso de participação e nesse sentido crescer a sua dimensão de vinculação com o regime democrático, seja no sentido de contestar governos, criar novos conceitos. Há

algumas experiências em alguns países europeus que vão nesta direção. Há vários exemplos. Na Islândia, alguns temas são colocados para debate público e, através da participação pela internet, há um estágio de criação de consenso em torno das diferentes questões que se colocam para essa ou aquela política pública. As pessoas são chamadas a intervir e dar a sua contribuição sobre como avaliam e de que maneira podem implementar essas políticas. Então, eu acho que essa é uma dimensão extremamente nova, importante, inovadora.

Eu não estou entre aqueles que acham que isso vai romper completamente a democracia representativa. Acho que o desafio é de como integrar essas possibilidades revolucionárias que a tecnologia da informação ofereceu com o sistema de representação. Nós ainda temos, no caso do Brasil, mais grave que os outros, o monopólio da representação entregue aos partidos. Nesse sentido, existe essa possibilidade.

Eu acho que você chamou a atenção para outra coisa muito importante, que é o papel da educação, e não apenas do conhecimento. Temos que começar a debater de que modo o tema da democracia entra, por exemplo, no currículo do ensino médio, que teve uma reforma recente. O ponto para o qual eu quero chamar a atenção é o seguinte: nós chamamos os meninos e as meninas de 16 anos para votar. Não há, no entanto, uma palavra, no currículo do ensino médio - uma palavra! - que explique o que é o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, e de que maneira o funcionamento dessas instituições está ligado a direitos que os meninos e as meninas têm, ou suas famílias têm.

A educação, enquanto tal, é extremamente importante, positiva para uma maior compreensão e participação. Mas eu acho que nós precisamos incluir a temática do funcionamento da

democracia, não de um ângulo de esquerda ou de direita, mas do ângulo propriamente de como funcionam as instituições, para que isso seja o elemento que de alguma maneira contribua para as pessoas poderem usar o seu próprio poder.

A respeito das manifestações, eu acho que você tem razão. Houve uma diversificação não apenas de formas de participação como também de concepções de cidadania. Se agregam às clássicas. Não excluem as clássicas, mas se agregam, e de alguma maneira se articulam. Eu acho que nisso houve um crescimento, houve um avanço, e que algumas manifestações apontaram um caminho, uma possibilidade nova, no caso do Brasil. Eu acho que as manifestações em 2013, desse ponto de vista, foram extremamente importantes, e também as que vieram depois na sequência, a favor ou contra o *impeachment*.

Ao mesmo tempo que isso implica o que eu chamaria "a emergência de uma cidadania crítica", os participantes contestando aspectos do funcionamento do Estado e da democracia, contestando o funcionamento dos partidos ou o desempenho dos políticos, ao mesmo tempo esses movimentos, pelo menos até agora, não foram capazes de produzir alternativas que, por exemplo, resolvam o problema da crise de liderança, da crise de projetos e do vazio dos partidos políticos. Eu não estou dizendo com isso que necessariamente as pessoas deveriam ingressar nos partidos existentes, mas alguma forma de articulação tem que ter. Eu acho que o déficit está aí. Qual é a raiz desse déficit? Eu acho que em parte houve um empobrecimento da vida política brasileira.

Quanto à situação nacional, você tem toda razão. Eu espero não ter dado nenhuma indicação em minha palestra de que eu sou a favor do governo atual ou que esteja elogiando. Pelo contrário, eu disse no final que nós temos um

problema muito grave. Eu acho até que, desse ponto de vista, a minha posição é diferente de vários colegas meus, tanto cientistas políticos quanto jornalistas. Acho que foi muito ruim para o País, em primeiro lugar, que o Tribunal Superior Eleitoral tivesse tomado uma decisão de natureza estritamente política para votar as irregularidades que ocorreram em 2014. A eleição de 2014 foi, provavelmente, a eleição presidencial mais desequilibrada de toda a história republicana brasileira. Quem estava no governo entrou com a máquina governamental e depois com uma soma de recursos que era muito maior que a dos outros contendores. Pense, por exemplo, no papel de Marina Silva, no lugar em que foi colocada, numa disputa inteiramente desigual. Então, acho que foi muito ruim essa decisão. Acho também que, com base nos poderes - não é apenas isso, eu sei - que estão colados no funcionamento do presidencialismo de coalizão, o presidente pode afastar a possibilidade de vir a ser processado pelo Supremo Tribunal Federal.

Essas duas decisões vão na contramão de uma tendência, de uma busca que tem na sociedade, que é uma busca no sentido de mais transparência, de que os casos que envolvem práticas ilícitas sejam investigados e julgados. Ninguém está dizendo que o presidente seja condenado por uma decisão do Congresso, mas a possibilidade de a investigação ser feita pela corte de Justiça adequada, no caso o Supremo Tribunal Federal, é absolutamente imprescindível. Mas, Aloysio, temos que perguntar em que medida decisões como essa não refletem uma cultura política de parte da elite brasileira que se defende e de alguma maneira não acredita que esse tema tem que entrar no escrutínio e transparência do debate público.

Veja que os argumentos que o presidente Michel Temer está usando agora em torno da

denúncia que foi feita pela Procuradoria Geral da República são muito semelhantes a parte das respostas que a ex-presidente Dilma Rousseff tentou dar quando foi denunciada por ter feito maquiagem com as contas públicas. Eu ouvi vários colegas dizendo: "Ah, mas são só pedaldas fiscais, são só contas públicas. Ela não cometeu nenhum crime". Esse é o crime. Porque isso implica evidentemente em uma manipulação de recursos, uma omissão de informação para a sociedade, que dessa maneira fica desequilibrada para poder avaliar o governo.

Estou dando esses exemplos, evidentemente são exemplos de casos diferentes, com características diferentes, para indicar o seguinte: nesse caso da elite política, esse esquema da transparência, controle do abuso de poder, fiscalização, monitoramento, isso está fora, nós ainda não conseguimos incluir. É por isso que acho - e eu mencionei isso na minha apresentação - que a formação de um sistema da integridade, da operação Lava Jato, é um primeiro sinal de mudança, um sinal positivo, otimista, de mudança.

SÉRGIO RONDINO: Próxima pergunta.



GILBERTO RIBEIRO: Quero parabenizar pelo evento e pela palestra do professor Moisés. Primeiro, entendo que a democracia, sobretudo

no que se tange à representação, tem um conteúdo que diz respeito à questão vocacional. Me parece que quando as pessoas buscam a vida pública na área política, não estão comprometidas com uma vocação, um chamado. Elas estão comprometidas muitas vezes com o seu próprio interesse e não com o interesse da sociedade. E eu penso que os partidos políticos, nesse sentido, poderiam ser um pouco mais rigorosos na seleção dos candidatos. Os candidatos deveriam ser bem preparados, deveriam ter alguma vocação e deveriam prestar contas dos mandatos, o que certamente não acontece.

Por outro lado, eu gostaria também de ressaltar que o Brasil, infelizmente, é uma terra, um país que sofre por conta das suas raízes, e por conta do seu passado e do seu presente. Eu não conheço o sertão nordestino, mas eu tenho amigos que tem feito um trabalho voluntário no sertão nordestino que não se compara às favelas de São Paulo ou do Rio de Janeiro. Não sei quantos dos senhores conhecem, mas é indescritível: pobreza, miséria, desgraça completa. Como é que a democracia brasileira dá respostas a essa sociedade que não tem acesso a nada, absolutamente nada?

JOSÉ ÁLVARO MOISÉS: Eu penso que a sua questão sobre a vocação política está ligada com o tema da liderança, da emergência das lideranças e acho que você lembra bem: o papel de formação, de estimulação, para a entrada de pessoas na política, de qualificação e de educação para desempenhar um papel público, no serviço público, evidentemente entrar na política envolve a perspectiva de servir à comunidade, de servir em torno dos temas que estão ligados ao interesse público, e não a interesses de grupos, de facções e eventualmente das próprias pessoas. Esse processo diz respeito ao modo como

os partidos preparam ou deveriam preparar os nomes. Como nós perdemos essa perspectiva, acho que estamos vivendo uma fase no Brasil em que as outras dimensões da sociedade, os próprios cidadãos, as associações, as universidades, os mais variados movimentos têm de alguma maneira que preencher esse papel de identificar novas lideranças que tem vocação, para tomar a palavra que você usou, que tem vocação para poder se dedicar à vida pública e ao mesmo tempo assumir compromissos claros, compromissos públicos, na direção da dimensão propriamente republicana da democracia.

Acho que aqui há todo um terreno em que perdemos muita experiência e que vai ser necessário retomar e reconstruir. Eu não sei se isso vai ser feito somente pelos partidos. Provavelmente nós precisamos que a iniciativa também venha da sociedade, que a sociedade identifique pessoas, de alguma maneira estimule. E acho que tem um papel que é próprio das universidades, não no sentido de que a universidade, como a Universidade de São Paulo, da qual faço parte, tivesse que identificar um líder, mas ela pode, em relação a algumas pessoas que tem o interesse de ingressar na vida pública, fazer um esforço de qualificá-las e prepará-las, abrir os temas que são desafios contemporâneos da sociedade brasileira para essas pessoas que querem ingressar na política. Portanto, é um conjunto de iniciativas que precisam se integrar e que podem ir nessa direção.

Acho que também vale a pena lembrar que pela primeira vez estamos tendo um sem número de movimentos de jovens que nesse momento estão tentando fazer esse papel exatamente de cobrir o vazio que seria da função propriamente dos partidos. Não sei se vou lembrar todos os nomes agora, mas tenho dialogado com alguns deles. Tem o "Candidate-se", por exemplo. En-

fim, são organizações não governamentais coordenadas e animadas por pessoas mais jovens, que estão, em alguns casos, apresentando para alguns partidos um conjunto de nomes de possíveis candidatos que levariam a uma renovação.

Acho que vamos ter que ir por esse caminho, mas os partidos fecharam as portas. A direção da maioria dos partidos brasileiros é, nitidamente, uma oligarquia. Eu vi um levantamento recente mostrando que, na maioria dos casos, são ainda comissões provisórias que dirigem os partidos. São de muitos anos, não renovaram e em vários casos também os dirigentes não apenas indicam pessoas de sua única facção, como muitas vezes são pessoas da própria família que dirigem os partidos. Então, eu acho que este cenário de portas cerradas dos partidos, nós vamos ter que enfrentar de várias maneiras e uma delas é através da emergência desses movimentos dos mais jovens, que reivindicam outras formas de participação e querem de alguma maneira ingressar na vida política com uma outra visão, com uma outra perspectiva.

GILBERTO RIBEIRO: Só gostaria de destacar em sua própria fala, professor, quando o senhor diz que o parlamentar, ao assumir o mandato, ele se curva à maioria. Então, a questão da integridade é fundamental e me parece que esses movimentos ainda assim não darão a resposta, porque nós definitivamente precisamos ter pessoas que tenham a visão clara e o compromisso claro de que serão ministros, ou seja, serão servos da sociedade. Servidores públicos, e não o contrário. Não é o público que o serve, senão eles servirem à sociedade.

JOSÉ ÁLVARO MOISÉS: Vejo uma coisa interessante nessa sua questão, Gilberto. Nós precisamos dos movimentos que vêm da socie-

dade, mas nós precisamos também de modificações na estrutura institucional da democracia brasileira para permitir que essas outras possibilidades possam ocorrer. Por exemplo: acho que a estrutura de desequilíbrio, de assimetria das relações entre o Legislativo e o Executivo, favorece a um Legislativo que não se responsabiliza. Os partidos cada vez são menos responsáveis. Se você não dá mais poder para essas instituições, é evidente que os graus de responsabilidade são menores. Fica difícil até a emergência de uma oposição que não apenas possa vociferar ou eventualmente fazer cenas de pugilato no plenário, mas que possa apresentar propostas alternativas e, em alguns casos, ver essas propostas aprovadas.

O sistema político alemão supõe um mecanismo para o tratamento da maioria e da minoria que, em várias comissões, em várias decisões, a minoria tem predominância, quando ela é uma minoria de oposição, exatamente para poder ter espaço e voz, sob pena de não ter expressão política nenhuma. Então, eu acho que, na sua observação, com a qual eu estou de acordo, há dois lados. Precisamos de pessoas mais vocacionadas, que entendam a vida política como uma capacidade de servir à comunidade, servir ao interesse público. Mas precisamos também que as estruturas sejam flexíveis, moldem a possibilidade de que essas vocações emergjam, que elas possam aparecer, sob pena de aparecerem e bater com a cara na porta e não poder entrar - nem na porta dos partidos, nem na porta das instituições.

SÉRGIO RONDINO: Eu agradeço pela honra que tivemos de receber aqui o professor Moisés, agradeço ao companheiro Rubens Figueiredo, agradeço especialmente a vocês todos pela participação e interesse. Muito obrigado por mais esse Encontro Democrático.

Presidente
Guilherme Afif

1º Vice-presidente
Vilmar Rocha

2º Vice-presidente
Diretor de Relações Internacionais
Alfredo Cotait Neto

Secretária
Alda Marco Antonio

Diretor Superintendente
João Francisco Aprá

Conselho Superior de Orientação

Presidente - Gilberto Kassab

Guilherme Afif

Henrique Meirelles

Omar Aziz

Raimundo Colombo

Otto Alencar

Claudio Lembo

Ricardo Patah

Vilmar Rocha

Guilherme Campos

Robinson Faria



Fundação para Estudos e Formação Política do PSD

ENCONTROS DEMOCRÁTICOS - Coleção 2017 - "O futuro da democracia"
ESPAÇO DEMOCRÁTICO - Site: www.espacodemocratico.org.br Facebook: [EspacoDemocraticoPSD](https://www.facebook.com/EspacoDemocraticoPSD) Twitter: [@espdemocratico](https://twitter.com/espdemocratico)
Coordenação - Scriptum Comunicação - Jornalista responsável - Sérgio Rondino (MTB 8367)
Projeto Gráfico - BReeder Editora e Ass. de Com. Ltda - Marisa Villas Boas - Fotos - Scriptum e Shutterstock



www.espacodemocratico.org.br